

LITIGIOSIDADE EXCESSIVA E A QUESTÃO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL

Flávio Croce Caetano
Secretário de Reforma do Judiciário



CONTEXTO DA JUSTIÇA NO BRASIL (2013)

95 milhões de processos

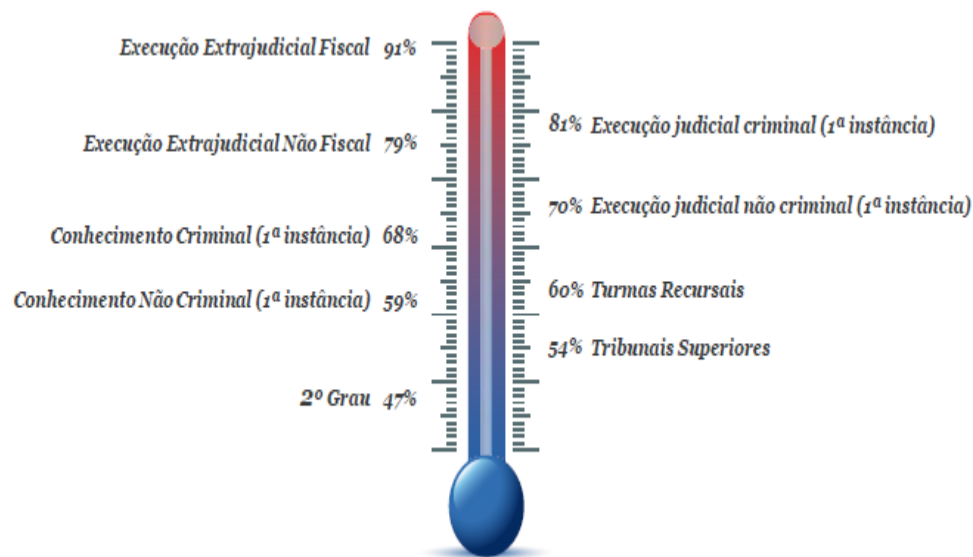
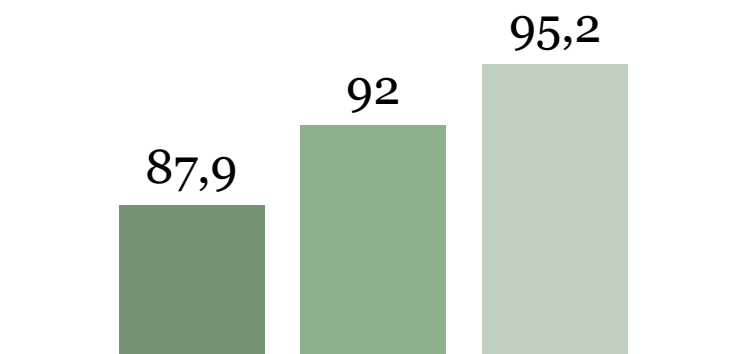
66,8 milhões de casos antigos
28,3 milhões de casos novos



Execuções fiscais: taxa de congestionamento de 91%

Número de Processos (em milhões)

■ 2011 ■ 2012 ■ 2013



Justiça em números (CNJ, 2014)

Setor público + bancos + telecomunicações = 95% dos processos dos maiores litigantes do Poder Judiciário

| Posição | Setor público |
|----------------|----------------------|
| 1º | União |
| 2º | Estados |
| 3º | Municípios |
| 4º | INSS |
| 5º | Fazenda |

DILEMA DO ESTADO

- ✓ Congestiona o Judiciário ao valer-se de todos os recursos quando se encontra na posição de demandado;
- ✓ Prejudica-se com a dificuldade e demora do Judiciário quando se encontra no papel de demandante.

Justiça em Números, CNJ, 2014



| Indicadores de desempenho | | Ano 2009 | Ano 2010 | Ano 2011 | Ano 2012 | Ano 2013 |
|---------------------------|---------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Execução Fiscal | Taxa de Congestionamento | 87% | 91% | 90% | 89% | 91% |
| | Índice de atendimento à demanda | 105% | 74% | 78% | 84% | 84% |
| Demais Processos | Taxa de Congestionamento | 62% | 62% | 62% | 61% | 61% |
| | Índice de atendimento à demanda | 102% | 104% | 103% | 101% | 100% |
| Total | Taxa de Congestionamento | 70% | 71% | 71% | 70% | 71% |
| | Índice de atendimento à demanda | 103% | 101% | 99% | 99% | 98% |

Tabela 1 - Impacto da Execução Fiscal nos Indicadores de Desempenho

Índice de Atendimento à Demanda = Processos Baixados/Processos Novos

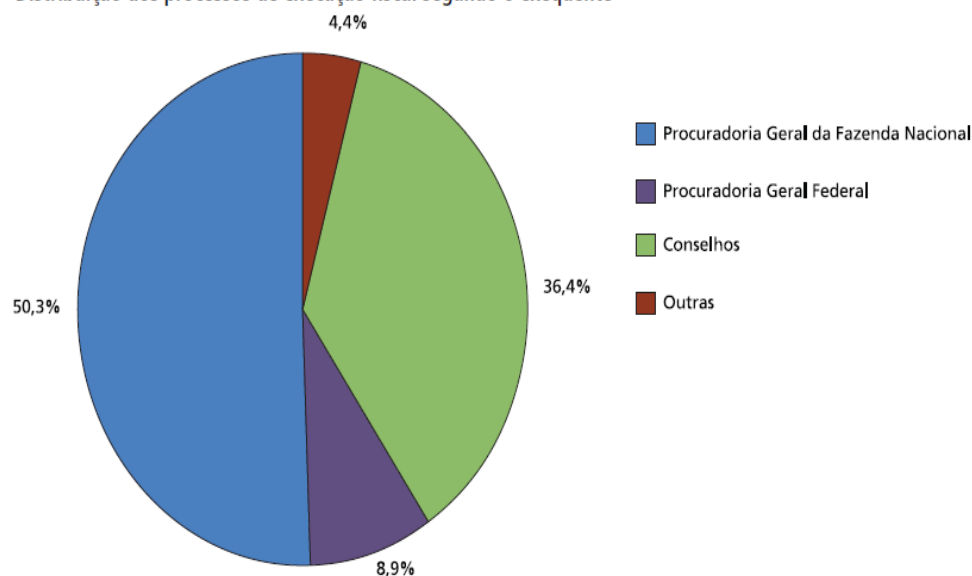
Perfil das Demandas



Tipo de exequente

GRÁFICO 1

Distribuição dos processos de execução fiscal segundo o exequente

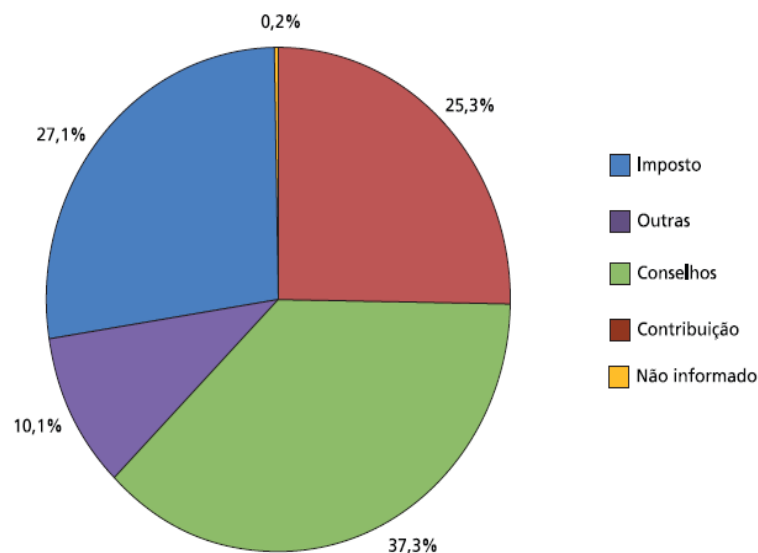


Ao recorrer à Justiça Federal, os conselhos de fiscalização das profissões liberais são responsáveis por transformar as taxas de fiscalização, mensalidades e anuidades no principal objeto da ação de execução fiscal.

Natureza da Demanda

GRÁFICO 2

Distribuição dos processos de execução fiscal segundo a natureza da cobrança



Enquanto o valor médio nas ações movidas pela PGFN é de R\$ 26.303,81, os conselhos de fiscalização das profissões liberais movimentam o aparato jurisdicional do Estado em busca de somente **R\$ 1.540,74**, em média.

- ✓ “Tanto o maior quantitativo de casos pendentes de baixa de anos anteriores quanto a maior taxa de congestionamento de 2013 são relacionadas aos processos de execução de título extrajudicial fiscal”
- ✓ **De cada 100 ações de execução fiscal, somente 9 foram resolvidas em 2013.**
- ✓ Se todas as execuções fiscais fossem retiradas do Judiciário, o número de processos em tramitação cairia de 95 para 64 milhões.
- ✓ **Em 33,9% dos casos o processo se encerra com o pagamento integral da dívida, índice que aumenta para 45% quando a citação obtém sucesso.**
- ✓ O maior gargalo está na fase de citação: em 46,2% das ações fiscais o devedor não é encontrado.
- ✓ **O grau de respeito aos programas de parcelamento é elevado: 54,1% dos executados que aderem a programas de parcelamento cumprem integralmente com as obrigações pactuadas.**
- ✓ De acordo com a LDO de 2015, a Dívida Ativa da União chegou, em 2013, a R\$ 1,273 trilhão. Deste total, apenas 1,8% (R\$ 23,4 bilhões) foi recuperado pelo Executivo.
- ✓ **A arrecadação é, em média, de R\$ 9.960,48, com grande variação se movida pela PGFN (R\$ 36.057,25) ou pelos conselhos (R\$ 1.228,16).**

Custo e Tempo de Tramitação de Ações Fiscais

Custo

- ✓ O valor médio cobrado nas ações movidas pela União (PGFN) é de **R\$ 26.303,81**;
- ✓ Custo médio total provável da ação de execução fiscal é de **R\$ 4.685,39**;
- ✓ a probabilidade de recuperação integral do crédito pela União é de **25,8%**;
- ✓ Valor a partir do qual é economicamente justificável a promoção da execução judicial **pela União: R\$ 21.731,45.**

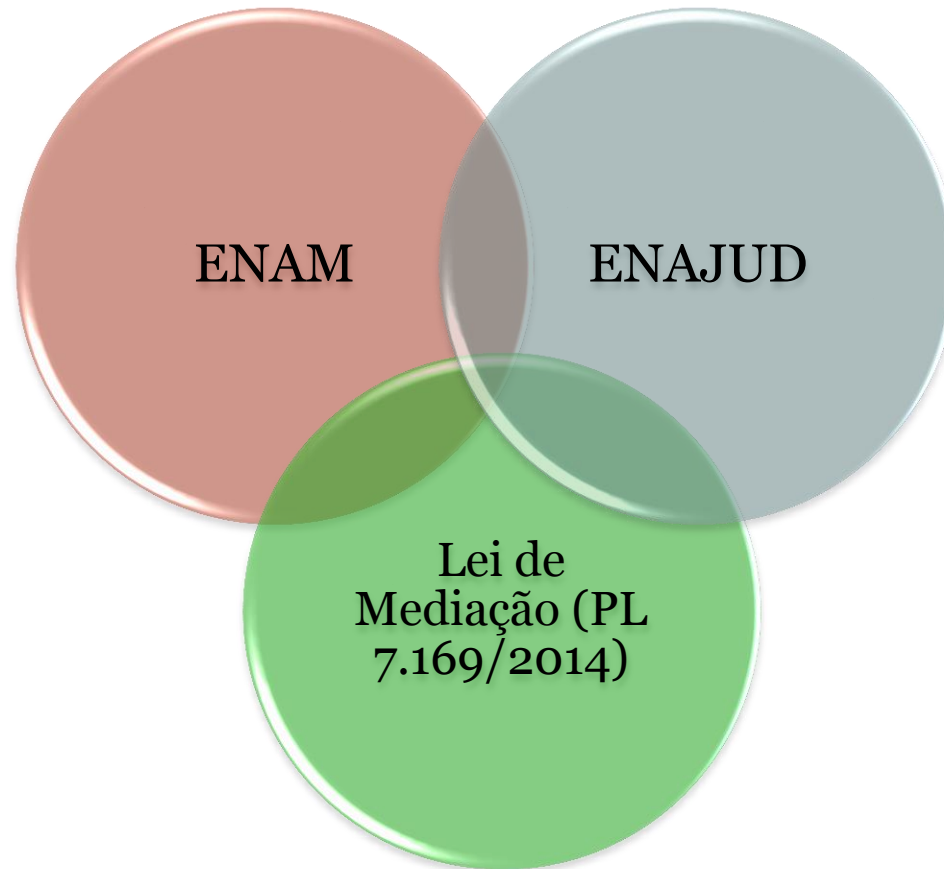
Conclusão: nas ações de execução fiscal de valor inferior 21.731,45, é improvável que a União consiga recuperar um valor igual ou superior ao custo do processamento judicial.

Tempo

- ✓ **1.540 dias** na etapa de citação.
- ✓ **569 dias** na etapa de penhora
- ✓ **722 dias** na etapa de leilão
- ✓ cada objeção de pré-executividade prolonga o processo por **674 dias**
- ✓ os embargos de devedor ou de terceiros demandam mais **1.791 dias**
- ✓ agravo, apelação, recurso extraordinário, recurso especial ou embargo de declaração aumentam a tramitação em **448 dias.**

Tempo médio de tramitação em 1º grau:
8 anos, 2 meses e 9 dias.

Ações da SRJ: Eixo Redução de Litígios

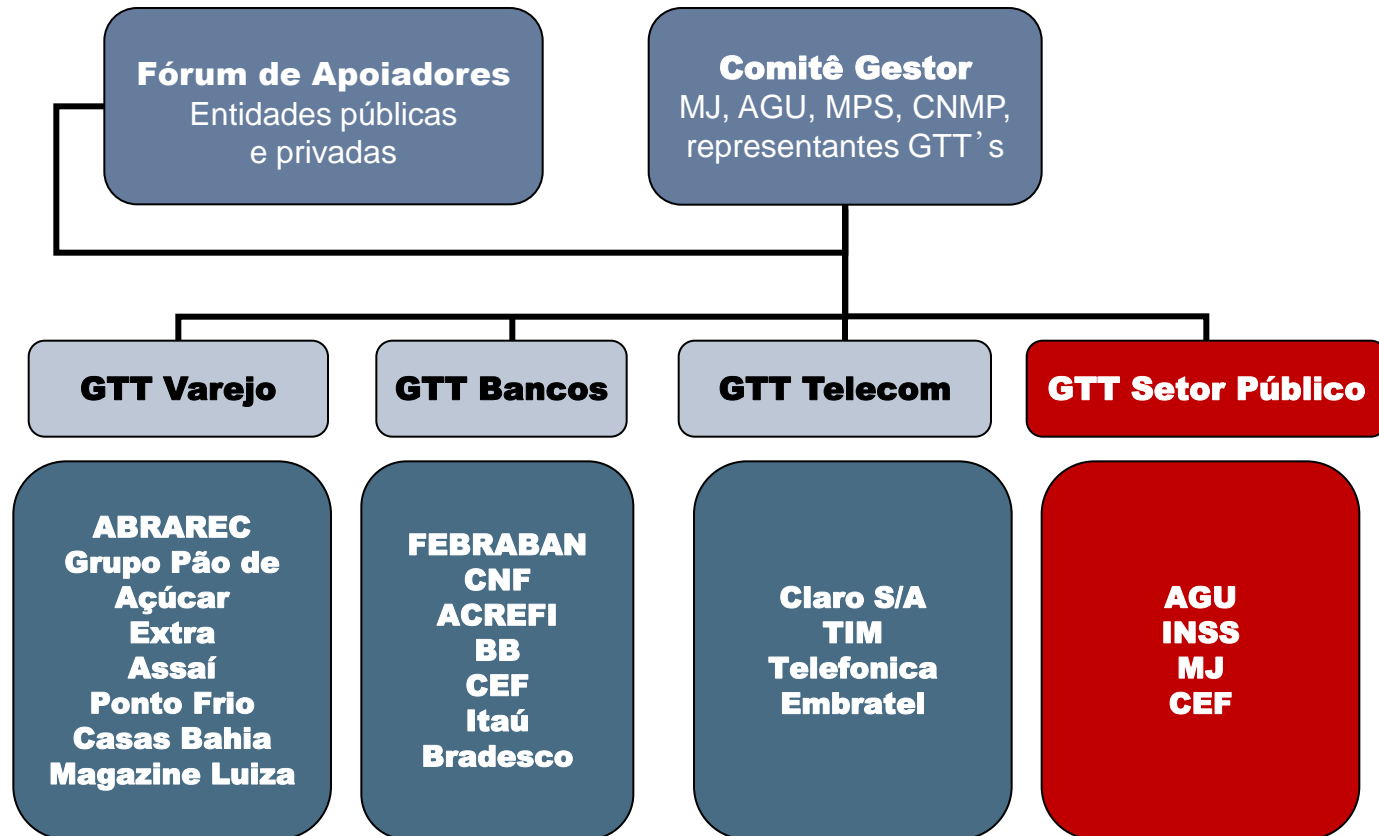


Objetivo

*Promover a articulação interinstitucional e multidisciplinar para **desenvolver os métodos alternativos de solução de conflitos**, no intuito de promover a prevenção e a redução dos litígios, contribuir para a ampliação do acesso à justiça e para a celeridade e a efetividade dos direitos e garantias fundamentais.*

ENAJUD

Organograma



Ações Previstas pelo GTT Setor Público



- Classificação do estoque da Dívida Ativa da União, com enfoque nos débitos irre recuperáveis;
- Ampliação do protesto extrajudicial de certidões da dívida ativa e de débitos do FGTS;
- Implementação de protesto de débitos de FGTS;
- Implantação de lista de devedores do FGTS;
- Propor uma política de acordos para os processos envolvendo execuções fiscais do FGTS.
- **Discussão e apresentação de sugestões de reformas pontuais na Lei nº 6.830/1980.**

Propostas de alteração da Lei de Execução Fiscal (GTT Setor Público)

Problema

Dificuldade de Citação:
somente 54% dos devedores
são encontrados



Previsão de **notificação do devedor quando da inscrição em dívida ativa** e obrigatoriedade do devedor de manter atualizado seu endereço junto à Fazenda Pública.

Localização e Penhora de Bens:
a penhora de bens ocorre em
apenas 15% dos casos, e
somente uma sexta parte das
penhoras resulta em leilão.



Possibilidade de **notificação por carta com aviso de recepção ou por meio eletrônico**. Presume-se válida a notificação entregue no endereço informado pelo devedor à Fazenda Pública.

Indicação, na petição de inicial, da relação de bens e direitos passíveis de penhora, ou de indícios de movimentação financeira ou atividade produtiva do executado que justifique a execução fiscal. **O ajuizamento será realizado quando localizados bens ou direitos em nome do devedor.**

(Cont.)

Problema



Créditos Irrecuperáveis



Comprovada a inexistência de bens ou direitos passíveis de penhora em nome do executado, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, determinará o arquivamento do processo.

Decorrido o prazo prescricional, a **autoridade administrativa deverá, de ofício, reconhecer a prescrição.**

Tempo de Tramitação



O despacho do juiz que deferir a inicial importará ordem para penhora e avaliação, intimação da respectiva penhora e citação para oferecimento de embargos. **O juiz expedirá um único mandado de citação, intimação e penhora para cumprimento pelo Oficial de Justiça.**

Iniciativa do Conselho Nacional de Justiça



- ✓ A Corregedoria Nacional de Justiça lançou o **Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais**: estímulo à utilização da prática **Conciliação Fiscal Integrada** ação premiada que deverá ser replicada em todos Estados. A exemplo, a Vara de Execução Fiscal do DF que por meio do programa, conciliou R\$ 119.743.328,00 em cerca de 1.300 audiências de conciliação durante três meses.

<http://www.cnj.jus.br/corregedoriacnj/governanca-diferenciada-das-execucoes-fiscais>



OBRIGADO.